

FUNRURAL

AGU diz que há brecha para pacificar fim de dívidas rurais

Projeto que extingue os débitos pode ser votado na Câmara, em meio a polêmicas

CANAL RURAL

No dia em que o presidente da República, Jair Bolsonaro, deu sinal verde para a votação de um projeto que faz a remissão das dívidas do Funrural, estimado em R\$ 17 bilhões, pelo Congresso Nacional, órgãos técnicos do governo alertaram para as proibições orçamentárias de implementar a medida. Representantes da Receita Federal e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) destacaram que a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei de Diretrizes Orçamentárias impedem a concessão de anistia e perdão de débitos em 2019, mesmo se for indicada uma nova fonte de recursos para suprir o buraco no orçamento. Mas a Advocacia-Geral da União (AGU) afirmou que há espaço para pacificar a situação. “Estamos tratando de um tributo. Por ser matéria tributária, pode ser alterada a qualquer momento. Me parece que haveria espaço para construção de um projeto de lei para pacificar isso. Há espaço para construir. É trabalhar com essas questões, tendo cuidado com as questões de renúncia de receita, de perdão, de im-

pacto na LDO [Lei de Diretrizes Orçamentárias]. Mas temos espaço para pacificar isso”, afirmou Vanir Fridriczewski, advogado da União, em audiência pública na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados. O deputado federal Jerônimo Goergen (Progressistas-RS) ressaltou que isso reforça a esperança do setor na aprovação de alguma proposta, como os projetos de lei 9.252/2017 e 630/2019, que tratam da remissão do passivo. O parlamentar destacou que é preciso estipular um teto para não transmitir a imagem de que a medida beneficiará os grandes produtores.

Mesmo assim, houve alerta dos órgãos técnicos. “É possível fazer a remissão, mas existem algumas condicionantes. O artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal diz que, se houver renúncia, tem que existir medida de compensação. Mas a LDO, no artigo 116, vetou completamente a concessão de qualquer benefício neste ano, mesmo apontando fonte de compensação”, afirmou Cristiano Neuenschwander Lins de Moraes, procurador da PGFN.

O representante da Receita Federal, Marcos Hubner Flo-



FUNDO. Ministra participou da audiência sobre o Funrural

res, destacou que a remissão de dívidas vai contra o cenário de necessidade de reforma da Previdência e ajustes fiscais. “Empregadores também devem contribuir. Se anistiar, quebra um princípio constitucional da lei previdenciária. Se a proposta de anistia for levada a cabo, entra em choque direto com a necessidade de reforma da Previdência, com a principal discussão da casa. Toda anistia dada aqui aumenta o rombo lá”, destacou.

O secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Eduardo Sampaio Marques, afirmou que a ministra Tereza Cristina está atenta ao tema, mas acredita que o setor não pode criar uma saia justa para o governo. Ele ficou impressionado com o valor das dívidas do Funrural. “Estamos trabalhando um novo Plano Safra e o dinheiro todo que o governo coloca são cerca de R\$ 10 bilhões para alavancar todo o resto. Aí vo-

cês falam em bilhões e bilhões de dívidas”, disse Marques.

PROCESSO

Os representantes da Receita e da PGFN também alertaram sobre o processo administrativo que o Tribunal de Contas da União (TCU) moveu contra os dirigentes dos órgãos, no ano passado, em razão das regulamentações que fizeram para o Refis do Funrural, com concessão de novos benefícios e abatimentos maiores sem previsão orçamentária. Isso, na visão deles, impede qualquer mudança na situação atual, ou seja, a remissão dos débitos.

A Receita Federal afirmou que a previsão de arrecadação com o Refis do Funrural foi 31% menor em decorrência de mudanças feitas ao longo de quase dois anos de discussão e prorrogações do programa de refinanciamento.

O órgão também trouxe o número geral de adesões ao Refis do Funrural. Foram 9.261 adesões, mais de 80% de pessoas físicas. Foram incluídos R\$ 11,2 bilhões em dívidas. Na PGFN, foram incluídos R\$ 1,3 bilhão de débitos.

POSIÇÕES

Diversas entidades de pro-



Saiba

O que prevê o projeto de lei

O projeto de lei (PL 9.252/2017) trata sobre o fim do passivo das dívidas do Funrural referentes ao período de 2010 a 2017. O Supremo Tribunal Federal (STF) havia julgado o tributo inconstitucional em 2010 e 2011. Baseados nesses dois julgamentos, muitos produtores rurais deixaram de recolher a contribuição. No entanto, em 2017, a Suprema Corte mudou o entendimento e declarou a cobrança constitucional. Com a determinação, todo produtor que deixou de recolher se tornou devedor de um passivo previdenciário. Em maio do ano passado, o STF reafirmou a constitucionalidade da cobrança do Funrural e a questão desses passivos vem sendo discutida desde então.

dutores rurais estiveram presentes à reunião da tarde de terça-feira, dia 9. O presidente da Associação Brasileira de Frigoríficos (Abrafrigo), Péricles Salazar, ressaltou o compromisso de campanha de Bolsonaro. “Acreditamos na palavra do presidente para a remissão das dívidas”.

IPCA

Inflação oficial sobe para 0,70% na Capital

DANIELLA ARRUDA



ALIMENTOS. Legumes e verduras ficaram mais caros em março

A inflação oficial medida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) acelerou no terceiro mês do ano, em Campo Grande, e fechou em 0,70%, diante de 0,52% registrados em fevereiro. Forte alta de preços em legumes e verduras, além do aumento dos combustíveis, contribuiu para pressionar o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) na capital sul-mato-grossense. Apesar da alta, Campo Grande apresentou a quinta menor taxa de inflação em março entre as regiões pesquisadas. No ano, o indicador chegou a 1,42% na Capital, enquanto no acumulado dos últimos 12 meses totalizou 4,49%. Entre os nove grupos que compõem o índice, seis apresentaram elevação no mês passado, segundo o IBGE. O destaque foi alimentação e bebidas, que registrou alta de 1,79%, em decorrência principalmente de itens do grupo tubérculos, raízes e legumes (que ficaram 40,23% mais caros) e hortaliças e verduras (em relação às quais a majoração foi de 13,78%). O grupo transportes teve va-

riação de 1,11%, em consequência do aumento de preços dos combustíveis (2,24%). Para o grupo despesas pessoais, a alta foi de 0,35%, tendo como contribuições o aumento de custos de recreação (0,44%) e serviços pessoais (0,35%). Já em educação, a elevação de 0,74% no mês foi reflexo principalmente dos custos com papelaria, que aumentaram 1,76%. Ainda conforme o IBGE, apresentaram menores altas os grupos artigos de residência (0,11%) e habitação (0,01%).

As deflações ficaram por conta dos grupos vestuário – que apresentou variação de

-0,22%, em razão da queda de preços de roupas infantis (-2,21%) –; saúde e cuidados pessoais – com retração de 0,07%, resultado das quedas de preços em produtos óticos (-2,56%) e produtos farmacêuticos (-1,86%) –; e comunicação, com queda de 0,26%.

BRASIL

No País, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de março foi de 0,75% e ficou 0,32 ponto porcentual (p.p.) acima da taxa de fevereiro (0,43%). Esta foi a maior taxa para o mês desde março de 2015 (1,32%), segundo o IBGE. A variação acumulada no ano

foi de 1,51%, a maior para o período desde 2016 (2,62%). O acumulado dos últimos doze meses foi para 4,58%, contra os 3,89% nos 12 meses imediatamente anteriores. Em março de 2018, a taxa foi de 0,09%.

CONSTRUÇÃO

O Índice Nacional da Construção Civil (Sinapi), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), fechou em deflação em Mato Grosso do Sul no mês de março e ficou em -0,32%. No ano, o indicador acumulou a retração de 0,10%. Já nos últimos 12 meses, a variação ficou em 2,65%.

Ainda de acordo com o IBGE, o custo da construção por metro quadrado no Estado caiu de R\$ 1.095,03, em fevereiro, para R\$ 1.091,50, em março.

No País, o Sinapi subiu 0,52% em março, ficando 0,31 ponto porcentual acima da taxa de fevereiro (0,21%). O acumulado em 12 meses ficou em 4,86%, acima dos 4,47% registrados nos 12 meses imediatamente anteriores. Em março de 2018, o índice foi 0,14%.

ESTADO

Venda da MSGás preocupa governo

CLODOALDO SILVA
BRÁSILIA

A proposta do governo federal de exigir a desestatização de empresas estaduais para oferecer socorro aos estados – no plano intitulado Mansueto – preocupa o governador de Mato Grosso do Sul, Reinaldo Azambuja. Este foi um dos assuntos tratados na reunião do gestor estadual sul-mato-grossense com o secretário nacional de Desestatização, Salim Mattar, ontem, em Brasília.

Segundo declaração do ministro da Economia, Paulo Guedes, a proposta é privatizar também empresas federais, o que poderia render R\$ 1,25 trilhão para os cofres públicos. Em fevereiro, ao participar do seminário Desestatizações no Setor Elétrico, Guedes disse que o processo de privatização das distribuidoras da Eletrobras foi um excelente exemplo que deve servir de referência para os próximos programas de privatizações.

O novo plano do governo federal de socorro aos estados terá como uma das contrapar-

tidas de acesso ao auxílio financeiro a abertura do mercado de distribuição de gás pelos governos estaduais. A medida faz parte da estratégia de Guedes para promover um “choque de energia barata” e ampliar os investimentos e empregos no País, proposta que o ministro anunciou aos prefeitos reunidos na marcha que realizam em Brasília desde segunda-feira.

O ministro falou em reduzir o preço do gás residencial à metade do cobrado hoje. Esse foi um dos temas que Azambuja conversou com Matar ontem, já que uma equipe do BNDES virá ao Estado, este mês, para discutir com o governo o processo de desestatização da Companhia de Gás de Mato Grosso do Sul (MSGás). As discussões em torno da venda da MSGás já duram quase dois anos. Há seis meses, foi realizada licitação para contratar as empresas que coordenarão o modelo de estruturação e desestatização da companhia.

INDICADORES

COTAÇÕES E ÍNDICES Fechamento: 10 de abril de 2019

UNIDADES FISCAIS

Em R\$	
UFERMS (março)	27,59
UAM/MS (março)	3,7878
UFIR (Out 00)	1,0641

INFLAÇÃO

Fonte: FOLHA

Em % ao mês. IGP2, IGP1, IPA1, IPC1, respectivamente

ÍNDICES	SET	OUT	NOV	DEZ	12M.
IPCA do IBGE (%)	0,48	0,45	-0,21%	0,15	4,05
INPC/IBGE (%)	0,30	0,40	-0,25%	0,14	3,56
IGP-M/IBGE (%)	1,52	0,89	-0,49%	-1,08	9,68
IGP-D/IBGE (%)	1,79	0,26	-1,14%	-0,45	8,38
IPC/FIPE (%)	0,39	0,48	0,15%	0,09	3,49
IPC (C. GDP) (%)	0,42	0,78	-0,10%	0,14	3,70

POUPANÇA

ANTIGA POUPANÇA (Dep. feitos até 03/05/2012)	NOVA POUPANÇA (Dep. feitos a partir de 04/05/12)
11/4 = 0,5000	11/4 = 0,3715

CÂMBIO

Em R\$		
Moeda	Compra	Venda
DÓLAR COMERCIAL	3,8230	3,8250
DÓLAR TURISMO (BB)	3,8000	3,9900
DÓLAR PARALELO	3,8339	3,8345

SALÁRIO MÍNIMO

Jan./fev. 2019 R\$ 998

ALUGUEL

Reajuste de contratos em Dezembro 2018

	IGP FGV	IGPM FGV	INPC IBGE	IPC FIPE	IPCA IBGE
Índice de novembro 2018	-1,14	-0,49%	-0,25%	0,15%	-0,21%
Fator de correção anual	1,0838	1,0969	1,0356	1,0347	1,0405

*Multiplique o aluguel pelo fator para encontrar o novo valor.
*O fator de correção anual é o acumulado dos últimos 12 meses.
*Os índices de Novembro geram os reajustes de Dezembro.

INSS

Contribuição à Previdência Social

Tabela de contribuição dos segurados empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso, para pagamento de remuneração a partir de 1º de Fevereiro de 2019.

SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO (R\$)	ALÍQUOTA PARA FINS DE RECOLHIMENTO AO INSS (%)
Até 1.751,81	8
De 1.751,82 até 2.919,72	9
De 2.919,72 até 5.839,45	11
Portaria interministerial MPS/MF nº 8, de 13 de janeiro de 2017	

Tabela de contribuição dos segurados contribuintes individuais e facultativo.

SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO (R\$)	ALÍQUOTA PARA FINS DE RECOLHIMENTO AO INSS (%)
998,00	5*
998,00	11**
998,00 até 5.839,45	20

* Alíquota exclusiva do microempreendedor individual e do segurado (o) facultativo ou que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência – Lei 12.470, de 31 de agosto de 2011 - DOU de 01/09/2011
** Plano simplificado – Lei complementar 123, de 14/12/2006.

AGROPECUÁRIO

Fechamento: 9 de abril de 2019

Saca - Milho Chapadão do Sul	28,00
Dourados	29,00
Saca - Soja Chapadão do Sul	66,50
Dourados	69,00

Fonte: www.famasul.com.br

Fechamento: 10 de abril de 2019

Bovinos	
Arbora à vista e livre de FUNRURAL	
Boi - Região Centro de MS	140,86
Boi - Região Sul de MS	141,84
Vaca - Região Centro de MS	131,01
Vaca - Região Sul de MS	131,99
Fonte: www.famasul.com.br	